

TEORIAS DE CONSPIRAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO PARA A CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Conspiracy theories as object for the scientific study of religion

Fábio L. Stern¹
Lucas Shiroma Grisotto²

RESUMO

O objetivo deste estudo é introduzir a temática das teorias de conspiração aos cientistas da religião brasileiros, apresentando uma perspectiva não monolítica de tratamento ao objeto em questão. Para tanto, o artigo apresenta tanto as teorias do cientista da religião David Robertson sobre o estudo das narrativas conspiratórias quanto a tipologia de adesão às teorias de conspiração fruto da pesquisa de Franks e colaboradores. Intencionou-se, com isso, fornecer uma alternativa de método no estudo desses objetos, que atualmente estão em grande domínio da psicologia, por uma perspectiva que tende a igualar os conspiracionistas ao pensamento distorcido.

Palavras-chave: Teoria da conspiração. Narrativa conspiratória. Aderência religiosa. Conversão. Escola sem Partido.

ABSTRACT

This study aims to introduce the theme of conspiracy theories to Brazilian scholars of religion, presenting a non-monolithic perspective of treatment to the object in question. To this end, the article presents both the theories of the scientist of religion David Robertson on the study of conspiracy narratives and the typology of adherence to conspiracy theories resulting from the research of Franks and collaborators. We intended to provide an alternative method in studying these object, which is currently in the hands of the psychology, from a perspective that tends to link conspiracists to false thinking.

Keywords: Conspiracy theory. Conspiracy narrative. Religious adherence. Conversion. Escola sem Partido.

Introdução

Teoria de conspiração é uma forma de pensamento social pautada em uma desconfiança na qual se acredita em agentes e motivos ocultos que, dos bastidores da sociedade, operariam agendas políticas ou econômicas nefastas em detrimento do coletivo. Assim como a ciência ou a religião, as teorias de conspiração fornecem explicação a eventos sociais significativos

¹ Doutor, mestre e especialista em Ciência da Religião (PUC-SP). Licenciado pleno em Ciências da Religião (UFSC). Bolsista PNP/CAPEs pelo PEPG em Ciência da Religião da PUC-SP. Coordenador do grupo de pesquisa NEO: Novas Espiritualidades (PUC-SP).

² Bacharelado em Naturologia (Universidade do Sul de Santa Catarina). Membro do grupo de pesquisa NEO: Novas Espiritualidades (PUC-SP).

(SWAMI, COLES, 2010). Entretanto, diferente da ciência, uma conspiração é fortemente orientada por ideologias e apresenta grande resistência a contraevidências e falsificação. Nesses casos, como explica Sharp (2008), aqueles que questionam o grupo tendem a ser vistos como parte da conspiração e, portanto, são desacreditados.

Ainda que o cenário político atual possa levar, em um primeiro momento, a considerarmos que as teorias de conspiração estão aumentando na sociedade, Goertzel (1994) demonstra que elas são um fenômeno estável e corriqueiro na história da humanidade. Nos Estados Unidos, desde o assassinato do presidente John F. Kennedy, em 1963, uma série de explicações conspiratórias fazem parte do discurso público médio do cidadão estadunidense. No Brasil, a morte de Juscelino Kubitschek, em 1976, também foi envolta em teorias de conspiração (cf. BERNARDO, 2017), e qualquer cidadão brasileiro que vivia no século XX – muito antes do olavismo cultural se tornar socialmente relevante – já ouvia teorias sobre possíveis pactos demoníacos de artistas infantis (p. ex. Xuxa, Fofão), que determinadas celebridades forjaram a própria morte ou foram substituídas (p. ex. Elvis Presley, Paul McCartney, Avril Lavigne), ou que grupos específicos dominam a política brasileira (p. ex. Maçonaria, Opus Dei). O que talvez tenha mudado foi o advento das mídias sociais. Isso permitiu um novo fôlego para as teorias de conspiração se propagar nas grandes massas, quebrando a bolha do jornalismo corporativo, que costumava ignorá-las. Não apenas isso, conforme o discurso conspiratório vai ficando popular nas redes, parte da própria mídia profissional (p. ex. Jovem Pan, CNN, Brasil Urgente etc.) é por ele cooptada, e passa a agir como mais uma reprodutora de narrativas conspiratórias para não perder o ibope para a Internet.

Entretanto, apesar de sua relação íntima com as crenças e com a religião, as teorias de conspiração ainda não são objeto comum nas produções de cientistas da religião brasileiros. Em um levantamento do estado da arte em todos os periódicos listados pelo *website* da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), nenhum deles possuía um artigo específico sobre a temática. Em alguns poucos casos, o termo “teoria de conspiração” aparecia de forma transversal, apenas para mencionar que determinados grupos religiosos teriam maior tendência a aderir a pensamentos paranoicos, mas nenhum estudo se debruçou sobre a temática particular como objeto em si. Este texto, portanto, pretende estimular um novo campo de estudo para a disciplina, considerando a relevância política atual de tal discussão não apenas em âmbito brasileiro, mas também mundial.

Antes de seguirmos, porém, gostaríamos de explicar nossa utilização para dois termos similares nesta produção, que possuem sentido distinto nos textos científicos sobre a temática, mas que podem soar como a mesma coisa ao leitor não especialista. Quando falamos de *conspiracionistas*, estamos nos referindo às pessoas que são adeptas de uma ou mais teorias de conspiração. Em outras palavras, os *conspiracionistas* são aqueles que acreditam que existe uma conspiração em voga, e perpetuam as narrativas sobre essa possível manipulação social. Os *conspiradores*, em oposição, são os agentes que estariam por trás de tais conspirações, aqueles que agiriam pelas sombras para manipular os eventos da vida social e política. Nesse sentido, os *conspiracionistas* são politicamente opostos aos *conspiradores*. Essa distinção, adotada no presente artigo, também é utilizada na produção científica internacional para distinguir esses dois agentes sociais (“*conspiracionist*” e “*conspirator*”, no caso inglês).

Impacto político das teorias de conspiração

Ainda que nem toda teoria de conspiração atinja relevância social, conforme uma narrativa conspiratória ganha adesão nas grandes massas, ela pode ter grande impacto nas decisões políticas. Isso significa que, ao estudar teorias de conspiração, o cientista da religião impreterivelmente também se debruçará sobre discursos que, na ponta final da sociedade, pode impactar empiricamente na administração pública e determinar os resultados das eleições. Não por acaso, cientistas políticos têm se debruçado nos discursos conspiracionistas nos últimos anos, em especial após a ascensão do olavobolsonarismo e do lavajatismo, no caso brasileiro.

Citando dois exemplos, da Empoli (2019) analisa o fenômeno das *fake news* e as narrativas conspiratórias nas redes sociais. O cientista político descreve o uso malicioso dos algoritmos para difundir discursos de ódio e todo tipo de preconceito social (racismo, sexismo, LGBTfobia, fascismo etc.), sem mecanismos eficientes de coerção das plataformas. Tal uso dos algoritmos encaminha mentiras e conspiracionismos que interceptam o medo dos eleitores, tornando-se chaves de interpretação da realidade que contribuem decisivamente no resultado das eleições. Já Benkler, Faris e Roberts (2018) apontam para uma crise epistêmica na cultura política estadunidense, ressaltando o apressado das mídias sociais de direita em criarem teorias de conspiração. A coalizão republicana, desde a década de 1980, recebeu grande apoio do meio evangélico e suas redes. Como tais redes são oriundas de um universo moral diferente daquele que orienta as normas do jornalismo profissional, seus textos informativos são muito mais maniqueístas e inflamatórios e não possuem o costume de checagem dos fatos, fomentando todo tipo de narrativa conspiratória que fortalece a polarização e o extremismo político.

Entretanto, não é apenas nos Estados Unidos que teorias de conspiração influenciam a política. No Brasil, o movimento “Escola sem Partido”, fundado pelo procurador Miguel Nagib em 2004, é um excelente exemplo de consequências políticas concretas causadas por narrativas conspiratórias. O “Escola sem Partido” se fundamenta numa crença de que existe uma doutrinação político-ideológica nas escolas em que os professores seriam militantes disfarçados e Paulo Freire seria um agente demoníaco do comunismo e da homossexualidade. Segundo Severo, Gonçalves e Estrada (2019), seus simpatizantes são indivíduos majoritariamente conservadores e cristãos evangélicos, com vínculos diretos a partidos de direita. De um lado, o “Escola sem Partido” buscou desmoralizar seus opositores políticos ao classificá-los como terroristas e inimigos da família tradicional e da pátria. Do outro, sustentou-se na forte LGBTfobia e machismo da sociedade brasileira.

Amplamente difundido nos meios olavistas e evangélicos, a narrativa conspiratória do “Escola sem Partido” justificou a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PSL/SC) a incentivar as crianças catarinenses a filmarem escondidas seus professores em sala de aula e lhes enviarem as imagens, visando a exposição pública de docentes. A iniciativa feria a Lei dos Direitos Autorais (BRASIL, 1998), que protege a aula enquanto criação intelectual e, portanto, que não pode ser compartilhada sem expressa autorização do autor, a Constituição Federal (BRASIL, 1998), que garante tanto o direito à privacidade, à honra e à imagem do cidadão brasileiro (Art. 5) quanto à liberdade de cátedra (Art. 206), o Código Civil (BRASIL, 2002, Art. 20), que proíbe a exposição de imagem e voz de uma pessoa com o intuito de lhe ferir a honra e a respeitabilidade, e o Código Penal (BRASIL, 1940, Art. 139-140), que prevê pena de três meses a um ano, além de multa, para casos de injúria e difamação. Por consequência, a iniciativa foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (MARTINS, 2019).

Além disso, o movimento “Escola sem Partido” fomentou o Projeto de Lei 246/2019, que foi assinado por várias personalidades da direita brasileira, como Bia Kicis (PSL/DF), Carla Zambelli (PSL/SP), o pseudopríncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), Kim Kataguri (DEM/SP), Joice Hasselmann (PSL/SP), pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP) e Filipe Barros³ (PSL/PR), dentre outros. No texto, os autores justificam que “é fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas” (KICIS et al., 2019, p. 3). Tais correntes, na opinião dos deputados, visam ensinar aos estudantes

³ Em 17 de fevereiro de 2020, o deputado apresentou o Requerimento 249/2020 solicitando a retirada de seu nome como coautor do PL em questão. O pedido foi deferido em 2 de março de 2020.

“padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis” (KICIS et al., 2019, pp. 3-4). O projeto foi criticado pela falta de definição clara daquilo que o PL chama por “doutrinação ideológica”, o que poderia levar à subjetividade de condenações (ARRUDA, MONNERAT, SARTORI, 2018; ESTADO DE S. PAULO, 2019), além de a iniciativa ferir o direito constitucional à liberdade de cátedra (BRASIL, 1988, Art. 206; BRASIL, 1996, Art. 3).

É evidente que o “Escola sem Partido” não é o único exemplo concreto de narrativas conspiratórias influenciando a política brasileira. Entretanto, o caso ilustra aquilo que falamos anteriormente, que o estudo das teorias de conspiração está intrinsecamente relacionado à política e a organização social. Em 1º de agosto de 2019, o “Escola sem Partido” encerrou formalmente suas atividades (FERREIRA, 2019). Entretanto, até hoje perdura entre seus simpatizantes a crença de que há inimigos ocultos com influência política e braços que ocupam as instituições brasileiras – inclusive a educação – para destruir a sociedade e a família. Tal crença justificou a eleição de alguns representantes legislativos, como alguns dos nomes supramencionados, e produz efeitos na arena política brasileira até hoje.

Pensamento contracientífico

Ainda que nem toda teoria de conspiração seja falsa, conforme atentam Georgious, Delfabbro e Balzan (2019), teorias de conspiração não são pautadas na empiria, como ocorre com o fato científico. Aliás, estudos na área da psicologia e da educação demonstram que quão mais baixos são os índices de pensamento analítico de uma pessoa, maiores são as chances de que ela adira a alguma teoria de conspiração. Além disso, os dados apontam que pessoas com maiores níveis educacionais parecem resistir mais a teorias de conspiração do que aquelas pertencentes às camadas menos instruídas da sociedade (*cf.* VAN PROOIJEN, 2017).

Ao escrever sobre teorias de conspiração para o Brasil, tal introdução é essencial, visto nossas deficiências sociais próprias. Não é objetivo aqui entrar no mérito das políticas públicas e da falta de investimento histórico que o Brasil enfrenta. Desde a década de 1970, Darcy Ribeiro (*cf.* 1986 [1977]) já fazia considerações importantes sobre como a crise na educação brasileira é, antes de tudo, um projeto político. Nos últimos quarenta anos, não parece que nossa sociedade caminhou para um cenário melhor. Dados empíricos da última década apontaram que 30% dos brasileiros não gostam de ciências, 29% não acreditam na ciência, 28% acham que os dados científicos não refletem a realidade, 37% não confiam nos cientistas, 29% acham que as universidades não contribuem com a sociedade, 38% consideram que a pesquisa científica não

tem impacto na vida cotidiana, 44% não acreditam no jornalismo profissional, 50% dos adolescentes não superam a linha do semianalfabetismo, somente 2% sabem distinguir opiniões de fatos, e se o dado científico discordar de seus pressupostos religiosos, 75% dos brasileiros escolhem negar conscientemente a ciência para se manter fiéis à religião (GALLUP, 2018; PISA, 2018).

Isso significa que, ao menos do ponto de vista brasileiro, a imagem de uma sociedade iluminista, pautada na razão ao invés das crenças, não passa de *wishful thinking*. Segundo Hanegraaff (2017, p. 408, grifo do autor), “a sociedade contemporânea não se baseia na ‘ciência e racionalidade’ mais do que o cristianismo pré-iluminista foi ‘baseado’ na teologia cristã. Não é a ciência, mas as *mitologias de ciência popular* que provêm à sociedade com seu simbolismo coletivo básico”. Ou seja, assim como o cidadão comum da Idade Média não era amplo conhecedor da teologia cristã, mas possuía um conhecimento supersimplificado dos dogmas religiosos, o cidadão comum contemporâneo não é um conhecedor dos paradigmas científicos vigentes. Mais do que isso: assim como o entendimento popular da religião pelos medievais possuía práticas e ideias que muitas vezes eram combatidas pelo próprio clero, a concepção popular de ciência possui interpretações que são contrárias às próprias normas do fazer científico, ainda que possam ser extremamente populares nas massas.

As práticas científicas divergem profundamente das liberações e processos ordinários do sistema cognitivo humano. Segundo McCauley (2011), enquanto a fé é percebida como “natural” pelo aparato cognitivo humano, nós precisamos aprender a lidar com a ciência, porque o método de construção do conhecimento científico é diferente da forma pela qual a mente humana evoluiu para funcionar no dia-a-dia. Ainda que não possuamos um “módulo cerebral” para a religião, somos pré-dispostos a aceitá-la, pois elementos mentais envolvidos nas religiões fazem parte de processos inatos à nossa mente (p. ex. narrativa emocionada, símbolos, mitos, atribuição de características humanas a coisas não humanas, tendência a ver vida em coisas inanimadas). A ciência, por outro lado, requer treinamento extensivo, supressão de emoções, rigor intelectual, alienação da vivência pessoal, autonomia intelectual que por vezes refuta a tradição, pensamento contraintuitivo, leitura, alto nível de abstração – todas estas capacidades que não nos são inatas, mas adquiridas com amadurecimento e prática pessoal.

Esse processo de aprendizado do fazer científico é chamado por McCauley (2011) de “desnaturalidade cognitiva praticada”. Justamente por se tratar de algo que é sentido pelas pessoas como não natural ao funcionamento cotidiano do pensamento humano, requer amplo treinamento e constante vigilância. Do ponto de vista da evolução da espécie, nossa mente foi

moldada para funcionar da forma oposta. E disso, as teorias de conspiração são subprodutos importantes. Nosso cérebro é muito mais inclinado a acreditar nesse tipo de discurso, que é percebido como mais “natural” à mente humana, do que considerar a narrativa científica contraintuitiva. Ainda assim, a adesão a uma teoria de conspiração é processual, paulatina. Em outras palavras, a endoutrinação de indivíduos não acontece de forma imediata.

Contudo, quando observamos as produções acadêmicas sobre teorias de conspiração, ainda é percebida uma tendência em entendê-las monologicamente. Conforme explica Goertzel (1994), os estudiosos do tema sugerem uma “mentalidade” que levaria determinadas pessoas a adotarem crenças baseadas na desconfiança frente às explicações oficiais para se interpretar os eventos públicos. Essa “mentalidade” seria o fruto das teorias de conspiração e também de outras consequências problemáticas, como o extremismo político. Mesmo autores clássicos como Karl Popper (*cf.* 1957, p. 94) tenderam a explicar de forma unilateral as teorias de conspiração, como se fossem apenas a “secularização da superstição religiosa”. Como tal, determinados grupos considerados simpatizantes dessa “mentalidade” são naturalizados como mais propícios a esse tipo de pensamento. No caso específico da Nova Era, que é em si um reflexo do pensamento secular (HANEGRRAFF, 2017), muitos acadêmicos consideram que os novaeristas seriam mais propícios a esse tipo de mentalidade que o resto da população.

Entretanto, Robertson (2015) critica o enquadramento da crença em teorias de conspiração nesse bojo de irracionalidade, sugerindo a expressão “narrativa conspiratória” ao invés de “crença” ou “conspiracionismo”. Além disso, este cientista da religião alerta que tanto as narrativas estabelecidas pela elite quanto pela população mais geral devem receber igual consideração. Caso contrário, se apenas grupos minoritários são os “conspiracionistas”, a academia apenas está sendo utilizada para reproduzir e legitimar estruturas de poder ao invés de questioná-las. Nas seções seguintes, apresentamos duas teorias sobre como pensar o objeto de forma não monolítica.

Foco nas narrativas

Num estudo de significado cultural, a ciência da religião deve oferecer uma perspectiva sem emitir juízo de valores quanto ao que é racional ou verdadeiro, o que tecnicamente é chamado de *agnosticismo metodológico*. Conforme explica Platvoet (1982, p. 4), tal atitude teórica é caracterizada pelo reconhecimento de que existem muitas religiões e que nenhuma pesquisa científica sobre elas será objetiva, a menos que julgamentos inculcados pela própria cultura e visão religiosa do pesquisador sejam postos de lado.

Isso significa que o interessado em estudar teorias de conspiração precisa resistir à tendência dos estudos da psicologia de apenas equacionar conspiracionismo ao pensamento distorcido, adotando uma abordagem mais holística do fenômeno social; até porque às vezes a teoria de conspiração pode estar certa. Por isso, para o cientista da religião não cabe uma abordagem normativa frente ao objeto. Ao invés disso, as teorias de conspiração devem ser entendidas como “um microcosmo de tendências culturais mais amplas na interação entre conhecimento e poder, tanto dentro dos grupos religiosos quanto entre eles e a cultura de forma mais ampla” (ROBERTSON, 2015, p. 12, tradução nossa). É por essa perspectiva que as narrativas conspiratórias se apresentam como um interessante objeto de estudo para a área.

Robertson (2015) identifica três abordagens que emergem com grande potencial para trabalhos em ciência da religião nessa linha: (1) estudar aquilo que a narrativa conspiratória fala sobre as religiões; (2) estudar as narrativas conspiratórias dentro de uma determinada religião; e (3) estudar a narrativa conspiratória enquanto uma forma de religião.

Citando alguns exemplos de cada possibilidade, ao pensar sobre narrativas conspiratórias sobre as religiões, podemos mencionar a muito difundida crença no Brasil de que a maçonaria domina as forças armadas, o judiciário e a mídia, ou a crença internacional de que existe uma ordem secreta dos Illuminati à frente de toda a economia e política mundial. No Brasil, a escalada pentecostal na política e mais recentemente no judiciário também gerou teorias sobre uma conspiração teocrática evangélica. Há aqui também o caso de religiões e grupos minoritários que são feitos de bode expiatório, como o movimento antissemita nazista ou atualmente a demonização das religiões de matriz africana no Brasil. Aqui, o processo de diferenciação se torna o foco, com uma narrativa maniqueísta “nós-contra-eles”, no espírito daquilo que Woodhead e Heelas chamam de *religiões de diferença*⁴ (WOODHEAD, HEELAS, 2000).

Sobre as narrativas conspiratórias dentro das religiões, na Nova Era, Ward e Voas (2011) postulam a categoria “conspiritorialidade”, na qual crenças religiosas se misturam com a visão de mundo conspiracionista. Dyrendal (2016) descreve como o esoterismo sempre foi ligado às narrativas conspiratórias, com diversos exemplos de destaque, como a ufologia, o neopaganismo, a cientologia, e mais recentemente o QAnon. O problema nessa abordagem, segundo Robertson (2015), é que tais estudos são quase sempre direcionados a pequenos grupos

⁴ Religiões de diferença ressaltam a diferença entre os adeptos e os de fora da comunidade, com uma perspectiva de que somente os detentores da verdade do grupo podem ser salvos, e todos os de fora já estão condenados para além da esperança de salvação. Para mais informações, cf. Woodhead e Heelas (2000, cap. 2).

considerados extremistas, cujas ações em muitos casos levaram a violência. Entretanto os mesmos mecanismos também são observados em religiões majoritárias, como o caso atual do cristianismo brasileiro, que acredita em uma conspiração de endoutrinação marxista nas escolas e universidades do país. Do ponto de vista da ciência da religião, também as narrativas conspiratórias das grandes religiões devem entrar em foco, e elas também devem ser tratadas pelo mesmo critério teórico que é dedicado aos grupos minoritários.

Por fim, quando analisamos as narrativas conspiratórias como uma forma de religião em si, estaríamos frente a uma *mentalidade quasirreligiosa*, categoria da teoria das *religiões implícitas*, com suas teodiceias, milenarismo e superstições próprias (FRANKS, BANGERTER, BAUER, 2013). São evidentes os paralelos entre as religiões e as narrativas conspiratórias na maneira em que conhecimento, história e atuação são construídos. Outra semelhança é a não falseabilidade dos atores por trás da conspiração e da religião. Se há evidências contrárias a existências desses atores, estas são tidas como tentativas de encobertar a verdade, demonstrando que a teoria de conspiração é muito mais pautada em fé do que em fatos. A explicação dos conspiracionistas é que “ausência de evidência não é evidência de ausência” (KEELEY, 2007, p. 145, tradução nossa), algo muito similar ao discurso para explicar a existência de Deus.

Adesão à teoria de conspiração

Outra forma de fugir do pensamento monolítico a respeito das teorias de conspiração diz respeito ao entendimento de que a adesão aos grupos conspiracionistas não é imediata. O processo de endoutrinação e os graus de aceitação da teoria são variados, ocorrendo em momentos e níveis específicos para cada indivíduo. Franks e colaboradores (2017), ao realizar um estudo sobre a relação entre as teorias de conspiração, construção de sentido e *coping* por diferentes indivíduos em uma pesquisa de campo na Inglaterra, construíram uma tipologia que explica esses diferentes níveis de adesão e aceitação da teoria de conspiração.

Nesse esquema, a cosmovisão conspiracionista foi dividida em seis temas-chave: (1) *Realidade*: como é considerada a natureza da realidade para os que creem na teoria de conspiração, suas narrativas sociais. (2) *Self*: a opinião dos participantes sobre si mesmos, sua vida, eventos significativos, teorias de conspiração de interesse e desenvolvimento pessoal. (3) *Grupo interno*: opiniões sobre a comunidade ou grupo do qual pertencem, outros conspiracionistas e líderes desse movimento. (4) *Grupo externo*: como eles veem os de fora (chamados pejorativamente de “gado”, “rebanho” ou “massa de manobra”), o governo, a mídia

e as elites (conspiradores). (5) *Ação*: o engajamento prático, político e social. E (6) *futuro*: a visão sobre o que acontecerá caso a conspiração continue ou caso os esforços dos conspiracionistas em destruir a conspiração sejam bem sucedidos.

Para além dos temas-chave, os pesquisadores também perceberam variações entre as crenças dos participantes, um aprofundamento maior ou menor na cosmovisão na direção da certeza epistêmica entre diferentes pessoas que fazem parte dos grupos conspiracionistas. Sua pesquisa constatou que as teorias de conspiração *não* são monológicas, ou seja, é possível acreditar em uma teoria e rejeitar outras, não aderindo a toda uma visão de mundo conspiracionista profunda. A monologicidade não é uma premissa à crença em conspirações, mas sim a variável final numa escala crescente. Para entendê-la, Franks e colaboradores (2017) elaboraram uma tipologia dos diferentes graus de adesão.

O *Tipo 0* seria caracterizado pelo *status quo*, o pensamento dos de fora, aqueles que estão sendo manipulados pelos conspiradores e ainda não perceberam a verdade. O *Tipo 1* diz respeito aqueles que percebem que algo não está certo, e começam a questionar as explicações convencionais da conformidade política e social, mas ainda não veem relevância ou verdade nas teorias de conspiração. O *Tipo 2* começa a apresentar uma maior inquietação a respeito da verdade, e começa a aceitar a relevância e a possibilidade de que algumas teorias de conspiração específicas possam ser verdadeiras. A partir do *Tipo 3*, existe uma convicção de que algumas narrativas oficiais não são reais, e uma preocupação crescente com a natureza enganadora das narrativas oficiais. Embora ainda reconheça que elas não possuem evidências concretas, a pessoa passa a considerar que muitas conspirações são possíveis. No *Tipo 4*, *todas* as narrativas oficiais são vistas como mentiras, com uma forte crença de que grupos e pessoas são capazes de controlar o que geralmente escapa do controle humano (mercado financeiro, clima etc.). Por fim, o *Tipo 5* representa o maior grau de adesão às teorias de conspiração, a máxima expressão da endoutrinação. Toda a realidade passa a ser tratada como uma ilusão, extrapolando muito o senso comum ao se atribuir explicações sobrenaturais e agentes não humanos (reptilianos, metaformos, alienígenas, o diabo etc.) que permeariam todas as áreas importantes da vida (FRANKS et al., 2017, pp. 6-8).

Na tabela abaixo, resumimos a correlação entre temas-chave e a tipologia das teorias de conspiração desenvolvida por esses pesquisadores:

Tabela 1 – Tipologia das teorias de conspiração que leva a uma visão conspiracionista do mundo em função de temas-chave.

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5
Realidade	Algo não está certo	A realidade é mais do que aparenta	Algumas narrativas oficiais não são reais	Todas as narrativas oficiais são ilusões	Toda a realidade é uma ilusão; compreender a realidade real requer uma ontologia incomum
Self Autopercepção	Leigo com uma mente aberta	Leigo com uma mente aberta	Leigo comprometido com alguma teoria de conspiração	Forasteiro em relação à sociedade em geral; membro da comunidade “iluminada”	Forasteiro em relação à sociedade em geral; membro da comunidade “iluminada”
Self Autoconhecimento	Processo de questionamento	Processo de questionamento	Processo de questionamento	Conversão buscando a verdade	Conversão buscando a verdade
Grupo interno Líderes		Reconhecimento. Interesse em fonte privilegiada sobre tópico(s) específico(s)	Reconhecimento. Interesse em fonte privilegiada sobre tópico(s) específico(s)	Identificação ou admiração. Seguidores epistêmicos gerais – pesquisadores modelo	Identificação ou admiração. Seguidores epistêmicos gerais – pesquisadores modelo
Comunidade			Sentido de comunidade baseado em questionamento	Sentido de comunidade baseado na perspectiva compartilhada da teoria de conspiração	Sentido místico de conexão; uma sensação de ter sido iniciado e despertado por uma experiência existencial
Grupo externo Conspiradores			Grupos externos isolados	Grupos externos conectados em rede, ontologia comum	Grupos externos conectados em rede, ontologia sobrenatural
Gado			Não vê através de dissimulações específicas	“Adormecido”, sem saber que está sendo controlado por forças externas	“Adormecido”, sem saber que está sendo controlado por forças externas
Ação			Ação política baseada na teoria de conspiração	Ação política baseada na teoria de conspiração, envolvendo-se com a comunidade conspiracionista	Ação política baseada na teoria de conspiração, envolvendo-se com a comunidade conspiracionista
Futuro				Otimismo condicionado à revelação de conspirações: despertar universal	Otimismo condicionado à compreensão de sua relação com o sobrenatural: despertar para poucos seleccionados

Fonte: Franks e colaboradores (2017, p. 7, tradução nossa).

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi introduzir a temática das teorias de conspiração aos cientistas da religião brasileiros, apresentando uma perspectiva não monolítica de tratamento ao objeto em questão. Para tanto, o artigo apresentou tanto as teorias do cientista da religião David Robertson (2015) sobre o estudo das narrativas conspiratórias quanto a tipologia de adesão às teorias de conspiração fruto da pesquisa de Franks e colaboradores (2017). Intencionou-se, com

isso, fornecer uma alternativa de método no estudo desses objetos, que atualmente estão em grande domínio da psicologia, por uma perspectiva que tende a igualar os conspiracionistas ao pensamento distorcido, algo que vai contra o agnosticismo metodológico que baliza o fazer científico na ciência da religião.

Os novos elementos encontrados na pesquisa de Franks e colaboradores (2017) – senso de comunidade, múltiplas lideranças, a jornada de conversão, a ligação com a ação política, o futuro otimista etc. – contrariam o estereótipo do conspiracionista paranoico, alienado e irracional. Ademais, o estudo demonstrou que o grupo dos adeptos pode se mostrar mais ou menos aberto a experiências dependendo do grau de adesão.

Por fim, atentamos que a abordagem das teorias de conspiração enquanto quasirreligiões, tal como discutido em um dos três modelos propostos por Robertson (2015), sugere que estas podem agir de maneira análoga às crenças religiosas. Pode haver correlações entre crenças em teorias de conspiração e as crenças religiosas já existentes, como, por exemplo, uma busca por significado existencial ou a adesão a determinadas teorias que estão sendo compartilhadas dentro de um coletivo objetivamente religioso (p. ex. uma determinada igreja específica). Esse tipo de correlação, embora seja comum nos estudos de Nova Era, ainda não foi devidamente explorada pelos pesquisadores das religiões mais tradicionais, como o cristianismo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Mílibi; MONNERAT Alessandra; SARTORI, Caio. Entenda o que propõe o programa Escola Sem Partido: Projeto que prevê colocação de cartazes com “deveres do professor” em sala de aula deve ser analisado em comissão especial na Câmara nesta terça-feira. **Estadão**, São Paulo, 13 nov. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BERNARDO, André. O acidente que matou Juscelino Kubitschek foi provocado pelos militares? **Superinteressante**, São Paulo, 29 nov. 2017. Mundo Estranho.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Lei dos Direitos Autorais**. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, ano 139, n. 8, pp. 1-74, 11 jan. 2002.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos: como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2019.

DYRENDAL, Asbjorn. Conspiracy theory and new religious movements. TØLLEFSEN, Inga B.; LEWIS, James R. (Eds.). **Oxford handbook of new religious movements**. New York: Oxford University Press, 2016, pp. 198-209.

ESTADO DE S. PAULO. Sem apoio, fundador do Escola Sem Partido anuncia suspensão de atividades e critica Bolsonaro: Advogado diz fazer tudo sozinho e se ressentir da falta de apoio do presidente, que “não tocou mais no assunto”. Proposta é criticada pela ONU. **Estadão**, São Paulo, 19 jun. 2019. Educação. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-apoio-fundador-do-escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-e-critica-bolsonaro,70002927965>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: “Esperávamos apoio de Bolsonaro”: Lua de mel com o presidente chega ao fim, e Miguel Nagib afirma que movimento vai ser encerrado a partir de 1º de agosto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jul. 2019. Educação. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FRANKS, Bradley; BANGERTER, Adrian; BAUER, Martin W. Conspiracy theories as quasi-religious mentality: an integrated account from cognitive science, social representations theory, and frame theory. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 4, art. 424, pp. 1-12, 2013.

FRANKS, Bradley, et al. Beyond “monologicality”? Exploring conspiracist worldviews. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 8, art. 861, pp. 1-16, 2017.

GALLUP. **Wellcome Global Monitor: how does the world feel about science and health?** Gallup: Ohama, 2018.

GEORGIU, Neophytos; DELFABBRO, Paul; BALZAN, Ryan. Conspiracy beliefs in the general population: the importance of psychopathology, cognitive style and educational attainment. **Personality and Individual Differences**, Amsterdam, v. 151, pp. 1-7, 2019.

GOERTZEL, Ted. Belief in conspiracy theories. **Political Psychology**, Columbus, v. 5, n. 4, pp. 731-742, 1994.

HANEGRAAFF, Wouter J. Espiritualidades da Nova Era como uma religião secular: a perspectiva de um historiador. **Religare**, João Pessoa, v. 14, n. 2, pp. 403-424, 2017.

KEELEY, Brian. God as the ultimate conspiracy theory. **Episteme: a Journal of Social Epistemology**, v. 4, n. 2, pp. 135-149, 2007.

MARTINS, Thays. STF proíbe deputada a incitar filmagens e perseguição de professores: Liminar do ministro Edson Fachin se refere à publicação no Facebook de outubro de 2018. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 fev. 2019. Ensino. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2019/02/11/interna-educacaobasica-2019,736794/stf-proibe-deputada-a-incitar-filmagens-e-perseguiçao-de-professores.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2021.

McCAULEY, Robert N. **Why religion is natural and science is not**. Oxford: Oxford University, 2011.

PISA (Programme for International Student Assessment). **Results from PISA 2018: Brazil**. OECD: Paris, 2018.

PLATVOET, Johannes Gerhardus. **Comparing religions: a limitative approach**. Den Haag: Mouton, 1982.

POPPER, Karl. **The open society and its enemies**. London: Routledge, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROBERTSON, David G. Conspiracy theories and the study of alternative and emergent religions. **Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions**, Berkeley, v. 19, n. 2, pp. 5-16, 2015.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, art. e840783, pp. 1-28, 2019.

SHARP, David. Advances in conspiracy theory. **The Lancet**, London, v. 372, n. 9647, pp. 1371-1372, 2008.

SWAMI, Viren; COLES, Rebecca. The truth is out there. **The Psychologist**, London, v. 23, pp. 560-563, 2010.

VAN PROOIJEN, Jan-Willem. Why education predicts decreased belief in conspiracy theories. **Applied Cognitive Psychology**, Hoboken, v. 31, pp. 50-58, 2017.

WARD, Charlotte; VOAS, David. The emergence of conspiratoriality. **Journal of Contemporary Religion**, [s.l.], v. 26, n. 1, pp. 103-121, 2011.

WOODHEAD, Linda; HEELAS, Paul. **Religion in modern times:** an interpretive anthology. Oxford: Blackwell, 2000.